

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

Estudos

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

Em debate: Abolicionismo

- 95 João Pedro Marques
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre
Projecto colonial e abolicionismo

Biblioteca

- 129 Rita Costa Gomes
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito
de um livro recente

Estado da questão: Historiografia

- 139 José Miguel Sardica
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa
A ditadura militar na historiografia recente

Biblioteca

- 221 Maria Idalina Portugal
Provas académicas de 1992-93

Leituras

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes
In Memoriam J. S. Silva Dias

PROJECTO COLONIAL E ABOLICIONISMO

Valentim Alexandre

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Enredada desde as origens na teia das motivações políticas, dos mitos fundadores do nacionalismo português; emparedada depois, durante o longo período do Estado Novo, nos estreitos limites das teorias oficiais, a historiografia do último império de Portugal em África tarda a encontrar o seu lugar - aquele que lhe compete, como análise de uma das questões centrais da vida nacional na época contemporânea. Neste campo, o regime democrático pouco trouxe de novo: de uma história dirigida, passámos a uma história silenciada, já não pela censura, mas por mecanismos mais subtis. Isolados, sem apoios institucionais, os investigadores do terceiro império contam-se pelos dedos das mãos, e mesmo esses dificilmente encontram eco para além do meio rarefeito que os circunda. Os fundos disponíveis neste sector são canalizados quase em exclusivo para o estudo da época dos Descobrimentos ou para a história de Macau - numa política deliberada de preservação dos velhos mitos nacionalistas¹. Tudo isto reflecte, afinal, uma questão mais vasta e mais grave: a relação doentia que a sociedade portuguesa continua a manter com a realidade colonial, recusando-se a olhá-la para além do véu que as justificações ideológicas foram em volta dela tecendo.

Neste contexto, são vários os motivos de interesse da *Revisão Crítica das Teorias sobre a Abolição do Tráfico de Escravos Portugueses*, de João Pedro Marques, marcada pela preocupação de rigor e pela abertura de espírito. Ela é importante, em primeiro lugar, pelo quadro que traça da muito abundante historiografia estrangeira sobre o abolicionismo: ao leitor português não especializado neste domínio fica assim aberta a perspectiva externa, em contraponto à imagem apologética que se foi construindo no nosso país a partir de Oitocentos, fazendo acreditar a ideia, ainda hoje corrente, da prioridade de Portugal na promulgação de medidas anti-esclavagistas.

Justamente, o segundo motivo de interesse do texto de João Pedro Marques está no estudo crítico que faz da produção nacional, facultando-nos um rápido mas muito sugestivo esboço do mito abolicionista português, tal como ele se vai formando de Sá da Bandeira a Edmundo Correia Lopes, das publicações da Sociedade de Geografia de Lisboa às da Agência Geral das Colónias. Caberá mais tarde situar cronologicamente as obras referenciadas, inserindo-as no horizonte político e no campo ideológico a que pertenciam – única forma de revelar por inteiro a função que desempenharam. Indispensável, essa tarefa está seguramente facilitada por esta primeira abordagem.

Finalmente, a *Revisão Crítica* tem ainda o mérito de permitir o debate sobre o abolicionismo português que nunca houve, a partir das poucas obras sobre ele publicadas nos últimos 30 anos – e é isso que justifica estas linhas.

Trabalhando sobre três conjuntos de textos – uma tese de licenciatura de Joaquim de Carvalho, não publicada, defendida em 1964; dois livros de José Capela, ambos da década de 70; e um livro e um artigo de minha autoria, datados de 1979 e 1980, João Pedro Marques dá claramente a sua preferência à primeira, tanto pelo leque de fontes em que se apoia como pela sua independência em relação a modelos pré-estabelecidos, como enfim pelas conclusões a que chega (ausência de abolicionismo português, pressão política britânica considerada como determinante). Quanto às obras de José Capela e de Valentim Alexandre, a *Revisão Crítica*, reconhecendo-lhes embora uma «base de rigor», vê nelas sobretudo a aplicação de um esquema interpretativo herdado de Eric Williams, de cariz economicista: para ambas, «o desenvolvimento do capitalismo levaria, a partir de certo nível, à emergência de projectos coloniais que exigiriam o fim do tráfico». Só variaria a avaliação do estágio de evolução da sociedade portuguesa de Oitocentos: para Capela, não existiria burguesia ou indústria, pelo que não podia haver projecto abolicionista; enquanto que, para Alexandre, o capitalismo nacional se desenvolvia, daí decorrendo, «naturalmente, uma burguesia potencialmente interessada em África, logo, um abolicionismo».

Pela parte que me toca, creio que será útil começar por desfazer alguns equívocos, antes de abordar os problemas de fundo. Nesse sentido, convirá relembrar o âmbito e os objectivos dos textos em causa – dois pequenos trabalhos onde procurava transmitir de forma muito sintética uma massa considerável de informação que já então recolhera nos arquivos (e que servirá ainda de base, em parte, a algumas das páginas posteriormente

escritas). Destinava-se o mais extenso desses trabalhos a esboçar, nas suas linhas gerais, o processo de formação do império de Portugal em África, no decurso do século XIX, procurando abranger tanto os projectos e as políticas coloniais como a sua maior ou menor repercussão no ultramar. O segundo, mais limitado no tempo, debruçava-se com algum pormenor sobre os primeiros projectos coloniais do liberalismo português, entre 1820 e 1839. No seu conjunto, esses textos procuravam reagir contra duas tendências que, em planos diversos, dominavam então a cena: a historiografia oficial do Estado Novo, que pura e simplesmente escamoteava as realidades do passado imperial recente, em nome de uma concepção providencialista da presença de Portugal no ultramar; e a tese do «imperialismo não-económico», então largamente aceite, sobretudo entre os autores estrangeiros, na esteira do *Portugal and Africa* de R. J. Hammond, que negava a existência de interesses materiais como suporte do projecto colonial português em África, ligando-o antes a razões de prestígio, a um apego irracional e romântico às passadas grandezas da nação.

A reacção contra a primeira dessas tendências levou naturalmente a dar de momento maior atenção ao mundo das políticas concretas e dos seus efeitos no terreno do que ao das representações ideológicas. Por outro lado, o material empírico recolhido mostrava a presença de vários sectores económicos de relevo na defesa da expansão imperial – e, como seria de esperar, os textos em questão empenhavam-se em demonstrá-lo, em contraposição à tese de Hammond. Mas isso não significa que adiram a uma interpretação de tipo economicista, aliás neles mesmos explicitamente recusada: nas *Origens do Colonialismo Português Moderno*, quando se acentua que o projecto colonial é sobretudo «um projecto político, afirmado e definido ao nível do Estado» (p. 69), acrescentando-se depois que seria errado ver nele «apenas o interesse directo de interesses imediatos», já que a ideia da expansão em África implicava «um projecto político global, um certo modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa, incorporando mas ultrapassando o nível económico» (p. 70); no artigo publicado no ano seguinte, quando se refere que a acção dos governos liberais neste campo «é pelo menos tão influenciada pelo ambiente ideológico que envolvia a questão colonial como pelas pressões directas dos sectores mercantis envolvidos» (in *O Século XIX em Portugal*, p. 363).

Menos ainda se encontrará em qualquer destes trabalhos o mínimo suporte para a ideia – aliás absurda – que João Pedro Marques me atribui, segundo a qual da prova do desenvolvimento do capitalismo português

«decorre, naturalmente, uma burguesia potencialmente interessada em África, logo, um abolicionismo». É certo que faço no livro uma crítica sumária da concepção da sociedade nacional de Oitocentos como feudalizante e bloqueada – crítica destinada a afastar um obstáculo de ordem lógica que se poderia pôr à existência de um projecto colonial português nesta época (como poderia expandir-se uma sociedade estagnada?). João Pedro Marques teria razão, se da ausência de bloqueamento eu deduzisse a necessária realidade desse projecto. Mas não é isso o que está no livro, onde se procura demonstrá-lo a partir das iniciativas e das propostas concretas que então surgem, a nível político e económico.

Pode certamente questionar-se – entrando nas questões de fundo – a maior ou menor consistência das provas reunidas nessa demonstração. Marques vê apenas «vagos projectos ou iniciativas económicas abortadas», sem reflexos «sobre a política africana dos primeiros anos do liberalismo», não se podendo por isso falar «numa tendência abolicionista (e colonialista) no Portugal de então». Para melhor esclarecer este ponto, convirá começar por lembrar que as *Origens do Colonialismo Português Moderno* têm como âmbito cronológico o século XIX no seu conjunto, e não apenas a década de 30; e que o seu tema de fundo é, não o abolicionismo, mas o projecto colonial. Tomadas aquelas balizas temporais, a existência e a importância deste projecto não me oferecem dúvidas, hoje ainda mais do que há quinze anos, entre muitas outras razões, porque dele resulta algo de bem evidente: a formação do corpo territorial do império, no final de Oitocentos. Se, para seguirmos Marques, nos restringirmos aos «primeiros anos do liberalismo» (ponto afinal secundário), encontramos ainda assim claras manifestações de interesse pelo império por parte de sectores de relevo da economia metropolitana: negociações entre a Associação Mercantil de Lisboa e o Estado para a formação de uma companhia destinada a fazer o comércio com África; aprovação pelas Cortes de uma outra companhia para a Guiné; pedidos de concessão de terrenos nas colónias (para referir apenas as iniciativas principais). No plano político, este interesse revela-se no conjunto de medidas promulgadas em Dezembro de 1836 e em Janeiro do ano seguinte, com a dupla finalidade de reestruturar a administração ultramarina, reforçando a soberania portuguesa, e de dar novo rumo aos tráficos mercantis coloniais, orientando-os para as praças do reino. Dão sequência ao projecto as instruções aos governadores das diversas possessões nos anos seguintes, nomeadamente as assinadas por Sá da Bandeira em 1838. Não é por isso defensável dizer-se que a «tendência colonialista» não se «materializou em qualquer forma de pressão sobre a política africana», como pretende Marques.

É certo que das iniciativas referidas pouco resultou, no imediato, como se reconhecia já nos trabalhos em causa – onde se alegava, no entanto, que da debilidade dos resultados não se poderia inferir directamente a inexistência ou irrelevância dos projectos ou interesses envolvidos. Para Marques, esse seria apenas um «frágil argumento de circunstância», que, a aceitar-se, «tornaria praticamente impossível qualquer ponderação das tendências em história». Mas não é verdade: projectos e interesses não são algo de evanescente, só detectável quando se «materializa» em fluxos económicos. A sua importância, enquanto tais, pode medir-se pelo seu lugar e pelo seu peso no sistema dado, aferíveis por critérios objectivos. Reportando-nos de novo à questão colonial, o que a análise concreta nos revela – a partir da imprensa, dos debates nas Cortes e dos documentos oficiais de várias instâncias do Estado português – é a grande importância do tema na vida política nacional, tanto na década de 30 como nas seguintes: ela está sempre presente, não apenas num ou noutro autor, num ou noutro texto, mas no conjunto da argumentação política. Indo mais longe, podemos dizer que a questão colonial está no cerne do problema de fundo da vida política do Portugal oitocentista (embora obviamente o não esgote): o da identidade e do destino de um país que, desfeito o império luso-brasileiro, tinha dificuldade em encontrar um lugar e uma função no concerto das nações. Por isso mesmo, todas as correntes do nacionalismo português se defrontam, de uma ou de outra forma, com a opção ultramarina.

Resta finalmente abordar a questão do abolicionismo, que deixei deliberadamente de lado até agora. Para Marques, se não existe projecto colonial, menos ainda se pode falar de abolicionismo português: tudo o que poderia aparecer como tal nomeadamente, o decreto de Sá da Bandeira de 10 de Dezembro de 1836 – resultaria das pressões britânicas. Mais ainda: seguindo «algumas interpretações» recentes de autores estrangeiros, Marques põe a hipótese da política nacional flutuar já antes «ao sabor dos interesses ingleses», tendo «mantido o tráfico legal para o Brasil para além de 1815 porque o Foreign Office contemporizara com os interesses dos negociantes britânicos sediados no Rio de Janeiro». Creio que não me engano, quando vejo nesta tese o afloramento da teoria do «colonialismo reflexo» – tentação recorrente na análise do império português, nela tomado como um simples intermediário dos interesses das grandes potências. Formulada na maioria dos casos a partir da documentação britânica, com escasso conhecimento do sistema político português, e incapaz de apreender as correntes ideológicas que nele se exprimiam, a teoria parece-me altamente insatisfatória, na sua generalidade – e claramente errada, nos dois pontos

referidos. Com efeito, a explicação avançada para a manutenção do tráfico legal para o Brasil após 1815 surge-me pura e simplesmente como aberrante. O estudo, já feito, da documentação portuguesa relativa ao Congresso de Viena mostra sem margem para dúvidas que a política do Rio neste domínio segue motivações próprias: aceitando com relutância a abolição a norte do equador, o governo de D. João VI (fortemente antibritânico, nesta fase) recusou-se taxativamente a encarar a hipótese de ir mais além, considerando que a extinção total do comércio negreiro ofenderia interesses e sectores fundamentais, pondo em perigo o próprio regime monárquico. Quanto à abolição total, decretada por Sá da Bandeira em 1836, não pode esquecer-se que ela vem na sequência de projectos de lei e relatórios por ele apresentados às Cortes nos anos anteriores nesse sentido, correspondendo a sentimentos e preocupações anti-esclavagistas já expressas no seu *Diário* na década de 20 e em publicações da época da emigração liberal; e que no seu pensamento, várias vezes declarado em textos oficiais, essa abolição representava um passo necessário na implantação do projecto colonial português em África, permitindo a fixação em território nacional dos capitais e da mão-de-obra envolvidos no tráfico negreiro. Reconhecer, como faço em artigo recente, que, ao decretar a abolição, Sá da Bandeira procurava *também* «aliviar as pressões a que o governo de Londres vinha submetendo o de Lisboa» não significa dar à Grã-Bretanha «um papel determinante» (como quer Marques): esse é apenas um elemento conjuntural de um processo complexo, e não o seu ponto central. Finalmente, as sucessivas instruções de Sá da Bandeira aos governadores do ultramar, todos os esforços que faz para levar à prática a abolição, impedem que o decreto possa ser visto como um simples estratagema, uma forma de ganhar tempo e de iludir o governo britânico. Trata-se de facto de extinguir o comércio negreiro, limitando na medida do possível a ingerência da Grã-Bretanha: estamos perante a «via nacional» para a abolição.

É certo que essa via falhou de todo em todo: como Marques acentua, na esteira de Carvalho, não bastava uma lei, era necessária uma administração que a fizesse cumprir, superando as resistências dos interesses criados. Mas não podemos esquecer que os esforços britânicos de fazer cessar o tráfico pela sua repressão no litoral africano não conhecem melhor êxito, mostrando-se incapazes de fazer flectir o número dos escravos anualmente exportados para as Américas. Só o fecho dos mercados importadores por fim ao comércio negreiro, já na segunda metade do século XIX.

Dito isto, há que admitir que as análises das *Origens do Colonialismo Português Moderno* têm o seu ponto débil na relação que procuram esta-

belecer entre o abolicionismo de Sá da Bandeira e os interesses da «classe dominante». Debilidade conceptual, antes de mais: se continuo a pensar que há classes dominantes e classes dominadas, vejo-as hoje mais claramente como quadros estruturantes da acção individual, e não como agentes sociais, não fazendo por isso sentido falar em projectos de uma classe ou, mais genericamente, da consciência que uma classe tem de si própria ou dos seus objectivos. Dizer, como nas *Origens*, que o decreto de abolição vai «ao encontro dos interesses coloniais das classes dominantes portuguesas» não está em si errado, se entendido à letra, de forma estrita; mas deixa em aberto um espaço de ambiguidade, podendo levar o leitor a pensar que o abolicionismo é nesse caso a expressão de uma pretensa «vontade» de tais classes. Ora, longe de dar voz a um sentimento generalizado, o abolicionismo de Sá da Bandeira corresponde, nos anos 30, a uma posição extremamente minoritária: se, dentre as elites políticas e económicas, quase todas apoiam o projecto colonial, poucos são na época os que em Portugal compreendem que a implantação desse projecto passaria pela extinção do tráfico negreiro. Daí, entre outras razões, a inexistência de um movimento abolicionista – sendo necessário esperar pela década de 1870 para ver surgir uma corrente anti-esclavagista com alguma aceitação na opinião pública portuguesa.

Parece claro que o texto de João Pedro Marques permitiu a abertura do debate que nunca houve sobre o abolicionismo e o projecto colonial oitocentista. Bom seria agora que esse debate se estendesse a outros intervenientes. Não quererá José Capela dizer de sua justiça?

¹ Como é óbvio, não está em causa o valor eventual dos trabalhos produzidos neste âmbito. O que se questiona é a política de distribuição das verbas de apoio à investigação.